



VENEZUELA

Anistia seletiva

Organizações de defesa dos direitos humanos baseadas em Caracas criticam lei aprovada pela Assembleia Nacional e sancionada pela presidente interina, Delcy Rodríguez. Regime interpreta o texto como ferramenta crucial para a estabilidade do país

» RODRIGO CRAVEIRO

As mãos acorrentadas e a greve de fome — mantida por 24 horas e encerrada após sentir-se mal — simbolizam o desespero de uma mãe sem notícias do filho desde 27 de novembro de 2025. O vendedor de automóveis Jack Tankak Cano, 32 anos, foi detido há 86 dias, supostamente por ter vendido uma camioneta a um opositor. Evelis Marisol Cano e 19 outras mães de prisioneiros políticos esperam que a Lei de Anistia para a Convivência Democrática, aprovada na quinta-feira pela Assembleia Nacional e sancionada pela presidente interina Delcy Rodríguez, liberte seus filhos da Zona 7.

Evelis e as companheiras acamparam em frente aos portões da penitenciária mantida pelo Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin), em Caracas, que abriga cerca de 60 presos políticos. “Meu filho tem que ser beneficiado por essa Lei de Anistia, pois não lhe respeitaram o devido processo legal. Ele precisa ser solto imediatamente. Os motivos pelos quais o detém nada têm a ver com drogas, política, armamento ou mensagens de WhatsApp. Não encontraram nada no celular dele”, afirmou Evelis ao **Correio**.

O regime de Delcy Rodríguez — que assumiu o poder depois da captura do ditador Nicolás Maduro por forças especiais dos Estados Unidos, em 3 de janeiro — destacou que a lei é crucial para a “estabilidade” da Venezuela. “Este instrumento jurídico (...) deve ser interpretado como um sinal de maturidade e de força política, ao representar um passo transcendental para alcançar a estabilidade da nação”, declarou o ministro da Defesa e general das Forças, Vladimir Padrino López. “É preciso saber pedir perdão e também receber perdão”, disse, por sua vez, a própria presidente interina, ao promulgar a lei. Apesar da esperança de familiares de presos políticos e do clima de euforia do governo, especialistas e organizações de defesa dos direitos humanos criticaram a forma como o texto foi construído.

“Isso está muito longe de ser uma lei de anistia. Na verdade, trata-se de um ato político. O texto não tem a finalidade de libertar os presos políticos, mas de controlar um setor da população”, assegurou ao **Correio** José Vicente Carasquero Aumaitre, professor de ciência política da Universidad Simón Bolívar (em Caracas). Ele lembrou que prisioneiros acusados de “crimes de ódio” e por se manifestarem nas redes sociais contra o

regime não serem beneficiados pela legislação. “Os militares não serão incluídos nesse processo, nem pessoas que foram condenadas por algum delito. Chamar isso de lei de anistia é um erro em si mesmo, pois o texto não prevê reparações às vítimas e não detalha formas de evitar que essas coisas voltem a correr. Também não há abolição de leis que permitam capturar venezuelanos sob falsos protestos.”

Segundo Aumaitre, a Assembleia Nacional, que aprovou a lei, não pode ser considerada legítima em sua origem. “O Legislativo não detém poder. Agora, precisamos esperar a eleição de um novo governo venezuelano. Esperamos que ele não demore e que, amparado pela nova Assembleia Nacional, crie uma verdadeira lei de anistia, similar à aprovada na Argentina ou no Chile”, observou.

Insuficiência

Gonzalo Himiob Santomé, diretor vice-presidente da ONG Foro Penal, considerou a legislação um “passo positivo”, mas fez ressalvas. “Infelizmente, por si só, não se mostra suficiente. A formulação do texto deixa muitos anos e situações de fora. O texto não considera a situação daquelas pessoas condenadas a pelo menos 15 anos de prisão, além de trabalhar com eventos muito limitados”, disse ao **Correio**. “Quase 700 presos políticos estão registrados por nossa ONG. Temos um número importante adicional que seguimos avaliando. Todos têm que ser libertados.”

Alí Daniels, advogado e codiretor da ONG Acceso a la Justicia (em Caracas), afirmou à reportagem que, “com muito pesar”, faz um balanço negativo da nova legislação. “Apesar de o texto ter coisas boas, pois efetivamente supõe a libertação de muitos detidos, centenas de detidos estarão excluídos da aplicação da lei. Isso faz com que ela não cumpra com seus objetivos. Uma anistia significa libertar todos os presos políticos. Se 200 pessoas não forem soltas, em um universo de 800, então, veremos o fracasso do cumprimento de seu objetivo”, declarou.

Daniels aponta falhas estruturais “muito graves” na redação. “O procedimento não está claro. Há grandes dúvidas sobre como se aplicará a lei, se ela beneficiará os venezuelanos que vivem no exterior. Apesar da lei, o aparato repressivo do Estado segue exatamente o mesmo. Não há garantias de que outras pessoas serão encarceradas depois”, criticou. “Lamentamos que todas as recomendações feitas pela sociedade civil e pelas vítimas não foram levadas em consideração.”

Pedro Matthey/AFP



Juan Barreto/AFP



Delcy Rodríguez (C), presidente interina, promulga o texto, na quinta-feira

Arquivo pessoal



Evelis aguarda a libertação do filho Jack Tantak, detido em novembro

Cara e coroa

COM 16 ARTIGOS, O TEXTO AFIRMA QUE É DEVER DO PODER LEGISLATIVO "DITAR MEDIDAS QUE SIRVAM PARA REPARAR" AS "FERIDAS PROFUNDAS" IMPOSTAS PELA VIOLÊNCIA POLÍTICA NA VENEZUELA

Os beneficiados

Todas as pessoas processadas ou condenadas por supostos ou comprovados “delitos políticos ou conexos entre 2002 e 2025”. A anistia será concedida por participação em protestos políticos e “ações violentas” ocorridas durante o golpe de Estado de 2002 e ações ligadas

a manifestações em determinados meses de 2004, 2007, 2009, 2013, 2014, 2017, 2019, 2023, 2024 e 2025.

Os excluídos

O artigo 9 da Lei exclui da anistia as pessoas processadas ou condenadas por vários delitos. Entre eles, estão graves violações aos direitos humanos, delitos de lesa humanidade e crimes de guerra, além de homicídio doloso e tráfico de drogas, com pena mínima de nove anos de detenção. Também não se beneficiarão pessoas acusadas de favorecer, promover, participar ou financiar ações armadas ou de força contra o país.



O limbo
O texto não cita a devolução de bens apreendidos, nem revoga a inabilitação para exercício de cargos públicos por motivos políticos. Também não levanta sanções a meios de comunicação.

CASO EPSTEIN

Polícia faz novas buscas em mansão de ex-príncipe

Pelo segundo dia consecutivo, policiais revistaram a antiga residência do ex-príncipe Andrew, em Royal Lodge, Windsor, oeste de Londres. Na quinta-feira, o filho favorito da rainha Elizabeth II e irmão caçula do rei Charles III foi preso e interrogado por 11 horas por suas ligações com Jeffrey Epstein, o financista americano acusado de pedofilia e de criar uma rede de tráfico sexual que teria possibilitado centenas de abusos a menores de idade. Andrew é suspeito de ter vazado informações confidenciais sobre o Reino Unido para Epstein quando ocupava o posto de representante especial para o comércio

internacional, entre 2001 e 2011.

Fontes ligadas ao governo britânico informaram à agência de notícias France-Presse que o premiê Keir Starmer estaria considerando uma legislação para remover Andrew da linha real de sucessão, depois da detenção. Apesar de perdido os títulos nobres e o status de duque de York, o ex-príncipe mantém-se como o oitavo na fila para suceder o irmão, Charles III. Ontem, a polícia londrina anunciou que está entrando em contato com os atuais e antigos agentes responsáveis pela segurança de Andrew. “Eles foram solicitados a relatar qualquer coisa que possam ter

Ben Stansall/AFP



Agentes no portão da Royal Lodge, a residência de 30 quartos de Andrew

visto ou ouvido que possa ajudar em nossas investigações. Pedimos que compartilhem qualquer informação que possa nos auxiliar”, afirmou a Polícia Metropolitana em um comunicado.

Este é um caso distinto das acusações de abuso sexual feitas contra Andrew por Virginia Giuffre, uma americana-australiana vítima da rede de tráfico de Epstein. Ela se suicidou em 2025. O caso do ex-príncipe com Giuffre foi resolvido extrajudicialmente em 2022 por um valor que permanece confidencial, mas que, segundo a imprensa britânica, gira em torno de US\$ 12 milhões (R\$ 62,7 milhões). A nota da

Polícia Metropolitana esclarece que “não foram recebidas novas queixas criminais” relacionadas a crimes sexuais que supostamente ocorreram em sua jurisdição e pediu a qualquer pessoa “que tenha informações novas ou relevantes que se apresente”.

Desde que o escândalo veio à tona, a imprensa não tem demonstrado nenhuma piedade com o ex-príncipe. “Em queda”, estampou o *Daily Mail* em sua primeira página, enquanto o *The Sun* observou que, como qualquer outra pessoa presa, Andrew teve uma amostra de saliva coletada para teste de DNA, além de suas impressões digitais e uma foto.